

**MOSTRA DE ARTE PRETA: CATALISANDO EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICAS DA  
NEGRITUDE NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

BLACK ART EXHIBITION: CATALYZING BLACK ARTISTIC EXPERIENCES IN HIGHER  
EDUCATION

MUESTRA DE ARTE NEGRA: CATALIZANDO EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICAS DE LA NEGRITUD  
EN INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR

Laura Pronsato <sup>1</sup>  
João Paulo Petronílio <sup>2</sup>

**Manuscrito recebido em:** 31 de outubro de 2024.

**revisado em:** 04 de dezembro de 2024.

**Publicado em:** 29 de dezembro de 2024.

**Resumo**

Este texto busca refletir a catalisação de experiências artísticas da negritude a partir de uma provocação sobre o papel da pessoa branca na construção antirracista dentro do contexto universitário. Com o objetivo de impulsionar o protagonismo de artistas negros universitários e pessoas moradoras da cidade, estudantes do Curso de Dança da Universidade Federal de Viçosa/MG, propõem a criação da Mostra de Arte Preta que, ao valorizar a identidade cultural do corpo negro contraria o padrão estético e artístico imposto pelas mídias que invisibilizam e inibem esses corpos. Sabe-se que as Universidades Brasileiras ainda carregam características elitistas e excludentes que colaboram para a invisibilização histórica das produções científicas e artísticas da população afroameríndia. A partir da adoção de políticas públicas de ações afirmativas tem sido possível ver alguns avanços, não suficientes, mas que provocam mudanças de paradigmas, exigindo outros olhares sobre a ciência e a arte. A universidade se transforma, aos poucos e conflituosamente, provocando um desequilíbrio no mundo branco hegemônico presente neste espaço que acirra o debate sobre a diversidade e os racismos. As(os) professoras(es) brancas(os) são chamadas(os) a um engajamento que se constrói em uma encruzilhada, não harmoniosa, e junto aos movimentos sociais, que nos faz questionar o nosso papel na construção racista que se estabelece na sociedade e a buscar estratégias de enfrentamento dos racismos e preconceitos instituídos historicamente no meio acadêmico que foi forjado pelas políticas hegemônicas brancas e eurocentradas.

**Palavras-chave:** Artes; Antirracismo; Ensino superior.

**Abstract**

This text aims to reflect on the catalyzing artistic experiences of blackness based on a provocation about the role of a white person in the anti-racist construction within the university context. With

---

1 Pós-doutoranda em Arte e Antropologia pelo Instituto Universitário de Lisboa. Doutora em Educação pela Universidade de Campinas. Professora na Universidade Federal de Viçosa. Integrante do grupo de pesquisa Artes da Cena Contemporânea: corporeidade, educação e política.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1970-7108>. Contato: [lpronsato@ufv.br](mailto:lpronsato@ufv.br)

2 Doutorando em Artes Cênicas pela Universidade de São Paulo, Bolsista CNPq. Mestre em Dança pela Universidade Federal da Bahia. Professor-pesquisador na Universidade Federal de Pernambuco.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1345-1209>. Contato: [petronilio@usp.br](mailto:petronilio@usp.br)

the aim of promoting the protagonism of university black artists and city residents, the B.A. in Dance students (UFV-MG) propose the creation of the Mostra de Preta (Black Art Exhibition). By valuing the cultural identity of the black body, the exhibition goes against the aesthetic and artistic standards imposed by the media, which make these bodies invisible and inhibit them. It is known that Brazilian universities still have elitist and exclusionary characteristics that contribute to the historical invisibility of the scientific and artistic productions of the Afro-American-Indigenous population. Since the introduction of affirmative actions, there have been some advances, not enough, but that provoke paradigm shifts that demand different perspectives on science and art. The university is changing, gradually and with conflicts, creating an imbalance in the hegemonic whiteness present in this space, intensifying the debate on diversity and racism. White faculty are called to an engagement that is built at a not harmonious crossroads together with social movements, what makes us question our role in the racist construction that is established in society, and to seek strategies to confront racism and prejudices that have been historically instituted in the academic environment that has been forged by hegemonic policies, i.e. white and Eurocentric.

**Keywords:** Art; Anti-racism; Higher education.

### Resumen

Este texto reflexiona sobre la catálisis de experiencias artísticas de personas negras mediante una provocación sobre el papel de los blancos en la construcción anti-racista en el contexto universitario. Con el objetivo de promover el protagonismo de artistas universitarios y habitantes de la ciudad, estudiantes del Curso de Danza de la Universidad Federal de Viçosa/MG, proponen la creación de la Exposición de Arte Negro que, evaluando la identidad cultural del cuerpo negro, va en contra del estándar estético y artístico impuesto por las redes sociales que invisibiliza y inhibe estos cuerpos. Se sabe que las universidades brasileñas aún tienen características elitistas y excluyentes que contribuyen a la invisibilidad histórica de las producciones científicas y artísticas de la población afroamericana. Desde la adopción de políticas públicas de acción afirmativa, se han podido observar algunos avances, no suficientes, pero que provocan cambios de paradigmas, exigiendo otras miradas sobre la ciencia y el arte. La universidad se está transformando, poco a poco y de manera conflictiva, provocando un desequilibrio en el mundo blanco hegemónico presente en este espacio, lo que intensifica el debate sobre la diversidad y el racismo. Los docentes blancos estamos llamados a un compromiso que se construye en una encrucijada, no armonioso, y junto a los movimientos sociales, lo que nos hace cuestionarnos nuestro papel en la construcción racista que se establece en la sociedad y buscar estrategias para combatir el racismo y los prejuicios históricamente establecidos en el ambiente académico que fueron forjados por políticas hegemónicas blancas y eurocéntricas.

**Palabras-clave:** Artes; Anti-racismos; Educación superior.

### Introdução: Políticas de ação afirmativa

Sabe-se que, no âmbito das universidades brasileiras, ainda que com alguns avanços, carregam-se características elitistas e excludentes que colaboram para a invisibilização histórica das produções científicas negra, como explicita Cardoso (2019)<sup>3</sup>, e

---

<sup>3</sup> Cardoso, Lourenço em entrevista a Joana Oliveira em “El País”, 30/11/2019. Disponível em:

também dos povos originários. Características cuja “origem está estreitamente ligada à colonização, ao sistema escravocrata e à desigualdade socioeconômica operante na sociedade brasileira” (Nietotka e Trevisol, 2019).

De acordo com Chauí (2003), é a partir das revoluções sociais do século XX que a educação e a cultura se tornam direitos dos cidadãos promovendo a universidade a uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber.

Porém, também se sabe que entre a ideia e a realidade o caminho é longo, tortuoso e conflituoso. Um percurso não findado que só foi e é possível pela e com pressão dos movimentos sociais.

Nesse cenário, um dos marcos que tem início no fim do século XX é o processo de elaboração e aprovação (já em 2012, século XXI) da Lei 12.711, conhecida como “Lei de Cotas”. Um longo percurso que veio com as lutas para a democratização de acesso ao ensino superior desde o período de redemocratização do país. De acordo com Nietotka e Trevisol (2019), mesmo antes de promulgada a Lei de Cotas, muitas universidades adotaram, desde 2003, diferentes modalidades de ações afirmativas para seleção dos estudantes.

Durante o período de treze anos de tramitação da “Lei das Cotas” destacam-se as primeiras experiências nas universidades com a adoção de ações afirmativas e o papel dos movimentos sociais, principalmente do Movimento Negro, para que essas políticas pudessem de fato democratizar as condições para o acesso e a permanência na Educação Superior. Por outro lado, esse debate sempre foi muito polêmico, marcado por muitos movimentos de resistência às cotas, principalmente as de caráter étnico (Nietotka e Trevisol, 2015, p. 583).

A adoção de políticas de ação afirmativa no Brasil se acentuou a partir da participação do Brasil na III Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, que mudou sensivelmente o olhar e a atuação estatal voltada ao enfrentamento do problema da questão racial no País (Alves, 2015).

---

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019-11-30/lourenco-cardosotemos-potencial-para-abolir-o-racismo-e-todas-as-outras-formas-de-opressao.html>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

Nesse ínterim, dentre as ações relacionadas à discriminação racial e democratização do processo educacional, em 2003 cria-se a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e aprova-se a Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na rede de educação básica de ensino.

Em 2004, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresenta o Projeto de Lei nº 3.627/2024 que:

Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências.<sup>4</sup>

No mesmo período, também cria, via Medida Provisória nº 2133, o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) que oferece a possibilidade de bolsas em Universidades privadas para estudantes egressos do Ensino Médio na rede pública ou particular na condição de bolsista integral, matriculados em IES (Instituições de Ensino Superior) privadas, para estudantes autodeclarados pretos, pardos, índios e para pessoas com deficiência. O que, de acordo com os autores supracitados (2019) não foi ação que passou sem críticas.

No âmbito do ensino superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004), determinam que o currículo contemple a Educação das Relações Étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e devem ser incluídas nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares do curso. E em 2012, inclui-se também a obrigatoriedade da Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012).

A Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004, determina em seu art 20. inciso 10 e 20 seus objetivos:

---

4 Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=254614>. Acesso em 20 outubro de 2024.

Art. 2º

Inciso 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e promoção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e negociar objetivos comuns que garantam direitos e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Inciso 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas e europeias.

Em 2010, é aprovada a Lei nº 12.288 que dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial em busca da efetivação da igualdade de oportunidades para a população negra. Com isso, para Daflon, Feres Júnior e Campos (2013, p. 406 apud Nietotka e Trevisol, 2019, p. 60) reconhece-se oficialmente “o Brasil como um país multirracial e multiétnico no qual as pessoas de descendência africana estiveram sujeitas à discriminação racial”.

Finalmente chega-se à promulgação da Lei de Cotas que, corroborando com vários estudiosos do tema, tem imensa importância para o processo de democratização do acesso ao ensino superior, mas não pode ser vista como estratégia suficiente para resolver a redução das desigualdades econômica, social e cultural que ainda se presentifica fortemente nas universidades.

Ainda assim, com esta Lei abalaram-se e continuam abalando-se as estruturas anteriormente firmadas no âmbito elitista, excludente, privatista e regido por uma cientificidade branca e eurocentrada. Prova-se a mudança de paradigmas, exige-se um outro olhar sobre a ciência, sobre os saberes que desestabilizam o mundo branco hegemônico presente neste espaço.

A universidade se transforma, aos poucos e conflituosamente. Agora é possível notar uma pluralidade de pessoas, fenótipos, conhecimentos, modos de ser e estar no mundo a caminhar e frequentar as salas de aula, os corredores, auditórios, teatros e jardins das universidades. As diferenças saltam aos olhos, ecoam nas vozes e reverberam nos corpos. Acirra-se, assim, o debate sobre a diversidade e os racismos.

De acordo com o Censo da Educação Superior<sup>5</sup>, publicada em 20/11/2023, o número de ingressos na educação superior federal por meio de ações afirmativas aumentou 167% em dez anos e essa porcentagem se deve à Lei das Cotas. Esta teve alteração pela Lei nº. 14.723/2023, de 13 de novembro de 2023 com a qual se incluem estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita e quilombolas.

Há que se reconhecer a importância do aumento de estudantes em vulnerabilidade social, negros e indígenas provenientes das lutas sociais e das políticas públicas criadas a partir delas. Junto a isso há que se reconhecer também que este aumento quantitativo gera outros conflitos e outras lutas. Também há que aceder aos espaços de gestão pública, ainda geridos, quase exclusivamente por pessoas brancas. Vemos estudantes negros, pobres, quilombolas e indígenas a frequentar os espaços da universidade, mas o mesmo não se pode afirmar em relação aos professores, diretores, pró-reitores ou mesmo reitores em que ainda reina o mundo branco.

### **Branca e antirracista na Universidade: um caminho que não se faz só**

Me vem à mente a metáfora do “mar de rosas”, normalmente utilizada para afirmar que nem tudo é lindo ou tranquilo com o ditado popular “não é um mar de rosas”. Mas fiquei pensando nas rosas. Melhor seria então, “não é um mar de pétalas de rosas”, porque as rosas têm espinhos em seus caules. E nesse caso, a entrada no ensino superior por meio das políticas públicas de ação afirmativa pode ser um mar de rosas. Há que se continuar lutando, atravessar o mar de rosas com cuidado para que os espinhos não dilacerem a pele daqueles que o atravessam. E é preciso atravessar, abrindo brechas e agarrando o caule com seus espinhos e sua rosa, erguer o braço empunhando a rosa ao alto e gritar bem forte a sua travessia e sua chegada. Foi assim que vi João Petronílio, como estudante calouro, chegando ao Curso de Dança, da Universidade Federal de Viçosa-MG, onde leciono desde 2005. Rapaz negro que entrou na universidade por meio da Lei das Cotas, hoje doutorando que me acompanha na escrita deste artigo.

---

<sup>5</sup> Censo da Educação Superior. disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>. Acesso em janeiro de 2024.

De repente vi um rapaz negro, alto, alegre, quase gritando no corredor do prédio do Curso e me chamando. Vejo-o, em meu imaginário, atravessando esse mar de rosas nesse corredor da dança, não sem dor, não sem se machucar com os espinhos, mas alegre, forte, carregando suas cicatrizes e levantando uma ou várias rosas bem no alto para que eu pudesse ver. Era o seu primeiro ano nesse curso e eu, normalmente, só dou aulas a partir do segundo ano.

Ele ouvira falar que eu lhe daria aulas de danças brasileiras e ele queria conversar comigo para criarmos um grupo e montarmos um espetáculo. Passou-se um ano até que finalmente nos encontrássemos para trabalhar juntos. Ele continuou, atravessando o mar de rosas, todos os dias. Em sua luta, uniu-se a outros dois estudantes, Elaine Roque e Luis Fernando Coelho, e junto com eles entrei nesse mar, senti os espinhos dos caules das rosas, percebi a suavidade das pétalas e a força que equilibra dores e alegrias nesse mundo de injustiças sociais.

Assim fui chamada a partilhar, orientar e colaborar com suas questões sobre a negritude e a branquitude, os racismos, o colorismo, a Lei de Cotas, a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e com isso o corpo negro em dança. Questões essenciais que precisam ser colocadas em pauta, precisam gerar discussão, para que nós, os brancos, possamos nos “deslocar da posição de norma e hegemonia cultural” (Carneiro; Schucman; Lisboa, 2021, p. 41).

Não foi o primeiro, antes mesmo de minha atuação como docente universitária já desenvolvia atividades, projetos e programas socioeducativos que tiveram início nas favelas de São Paulo com o prof. de Dança Negra Contemporânea, Firmino Pitanga. Na universidade também já vinha vasculhando e orientando pesquisas extensionistas e/ou de iniciação científica que trataram da necessidade de pensar o corpo negro no mundo da Arte, mais especificamente. Mas João foi o mais enfático. Me propôs algumas ideias que se realizaram e com as quais pude ser orientadora e/ou colaboradora: pesquisa de extensão universitária; o grupo de dança Coletivo Encruza; o seu Trabalho de Conclusão de Curso e a criação do evento Mostra de Arte Preta. Todas estas ações voltadas para o fortalecimento da identidade e do protagonismo do corpo negro.

Algo que não sei nomear me chama para uma atuação junto às populações marginalizadas ou excluídas. Dois termos conflituosos. Marginalizado: colocado à margem, tornado marginal - fora da lei, delinquente. Excluídos: apartados, discriminados, depreciados. À margem de que? Apartados por quens? Em uma política eurocentrada, elitista e branca, à margem e excluídos estarão todos os que não estão em conformidade com a lógica colonial imposta por sistema que acredita na supremacia branca. Decidi desde muito cedo, que estaria próxima à margem, com as populações de vulnerabilidade econômica, negras, indígenas, das regiões rurais e das culturas populares. Mas, como é comum entre as famílias, ao me colocar na margem, com todos os meus privilégios de pessoa branca e classe média, não entro em casa sem atritos.

Minha estada ou passagem como mãe, branca, mulher, artista, docente universitária e funcionária pública é cheia de tensões. Muitas delas criadas por mim mesma, mas não inventadas porque, como diz Di Angelo (2021, p. 25) “pessoas brancas não devem perguntar se fazem parte desta construção racista, mas como fazem parte dela”. Nessa encruzilhada de tensões, conflitos e atritos sou provocada a caminhar, refletir, escolher. O que eu, mulher branca e docente na universidade estou fazendo ao orientar ou tratar de questões étnico-raciais? Será que estou sendo mais uma branca falando do outro? como se isso fosse “dar voz”, sabendo que não é? Não seria melhor que uma pessoa negra, indígena, camponesa, orientasse ou coordenasse esses trabalhos? São reflexões diárias que me afligem. Qual é então o meu papel?

Com essas questões, vou me aproximando de conceitos tais como “branquitude” e “negritude” - que não serão foco deste texto - mas que me ajudam nessa busca para compreender melhor o meu lugar e o de pessoas brancas na luta antirracista e nos processos decoloniais.

\*\*\*\*

Quantos professores negros (ou indígenas) você teve?

Essa é uma das perguntas mais frequentes que se fazem para que se possa entender melhor questões como racismo ou até mesmo o fato de que apenas a Lei das Cotas não é suficiente para resolver as desigualdades econômica, social e cultural que insistem em saltar aos olhos.



A maior parte da população quase não teve professores negros ou indígenas. Eu, não tive docentes indígenas, mas tive alguns docentes negros durante a minha formação não-formal em dança e ensino superior. Durante a adolescência tive o prazer de fazer aulas e depois trabalhar junto ao Professor Firmino Pitanga, já citado anteriormente, inserida em uma equipe de pessoas negras: capoeiristas, músicos e assistente de dança (papel que eu também desempenhei). Na Universidade, Curso de Dança da Unicamp, tive a oportunidade de participar de aulas de três professores negros: profa. Inacyra Falcão dos Santos, prof. Adilson Nascimento e meu orientador de Iniciação Científica e Mestrado, prof. Eusébio Lobo da Silva, além de dois mestres de capoeira que trabalhavam conosco nesse espaço.

Exponho isso, não para mostrar que sim, temos professores negros na vida. Mas ao contrário, para dizer sobre uma tomada de consciência, talvez tardia, de que essa não é a realidade da grande maioria da população brasileira.

Volto ao João quando me contou que eu fui a primeira professora a lhe apresentar um autor negro. Mais ainda, ressalta-se, uma autora negra, porque as mulheres também são subjugadas no mundo das ciências. Foi a leitura de Inacyra Falcão dos Santos. Tenho que ser sincera comigo e com os leitores, eu não havia pensado em nenhuma dessas questões: mulher e negra. A bibliografia que eu utilizava era aquela que eu conhecia, Santos foi minha professora e sigo muito de sua metodologia. Penso que isso acontece com a maior parte dos professores brancos em muitas áreas. O comentário de João me chama a atenção. Significou que eu, como docente branca, não tinha entendido ainda que havia muito mais a se fazer do que apenas “colorir” a universidade. Tinha o dever de estudar uma bibliografia escrita por negros, indígenas, e também por mulheres. Ainda estou com essa tarefa, e acho que só iniciando, mas já pude realizar a primeira meta que foi a alteração da bibliografia dos programas analíticos das disciplinas que ministro.

Silva (2017, p. 1220-1221) explicita que além das políticas públicas de ação afirmativa, que são de suma importância, no contexto da educação brasileira, há necessidade de se compreender a “importância de uma intervenção docente que se volte à educação para as relações étnico-raciais e à conscientização/reconhecimento das diferenças entre as discriminações de classe e de natureza étnico-racial” e ainda ressalta que esta intervenção deve ser “no sentido de romper com as estruturas discricionárias e preconceituosas historicamente forjadas no ambiente escolar, seja no ensino fundamental, médio ou universitário”.

Neste sentido, também pode-se dizer, junto com Carreira (2018) que há

[...] necessidade de maior engajamento de pessoas brancas [...] na luta antirracista, abordando alguns dos obstáculos, desafios e possibilidades envolvidos nessa conflitiva construção, em especial, no que se refere à reflexão crítica e ao processo de desconstrução da branquitude como lugar de manutenção de privilégios materiais, subjetivos e simbólicos na sociedade e base de sustentação do racismo (Carreira, 2018, p. 128).

Neste contexto, penso nesse papel de pessoa branca e docente que busca cada vez mais engajamento pessoal, mas também de um processo coletivo e pedagógico/dialógico para que, de um lado, estudantes brancos tomem consciência de seu lugar na sociedade, dos processos de injustiça e exclusão política historicamente moldados em uma sociedade colonial. E, de outro lado, para o fortalecimento da identidade cultural, que inclui a autoestima e o empoderamento das pessoas pretas, na luta antirracista e de justiça social que passa também pela luta de classe na qual se incluem tantas outras lutas de movimentos sociais.

Entende-se assim que, como afirma Mills (1997 apud Carneiro; Schucman; Lisboa, 2020, p. 44-45)

[...] todas as pessoas brancas são beneficiadas, sim, desse sistema. Porém, nem todas as pessoas brancas são, necessariamente, signatárias desse contrato racial. Aí, que, para mim, reside a possibilidade de diálogo, negociação, parceria e consenso, decorrente desse reconhecimento de que nem todas as pessoas brancas são signatárias deste contrato, necessariamente, ou se sintam confortáveis dentro desse sistema injusto.

### **Mostra de Arte Preta: uma experiência artística no ensino superior**

[...] tem como objetivo valorizar o protagonismo de artistas negros das mais variadas linguagens artísticas (dança, teatro, música, artes visuais, literatura, audiovisual entre outras) com a apresentação de seus trabalhos. Busca-se a descentralização dos fazeres artísticos advindos de padrões eurocêntricos e uma contribuição para demonstrar a relevância da cultura negra e a valorização do legado cultural que contribuiu e contribui para a identidade do Brasil.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Texto de divulgação das Mostras de Arte Preta.

A Mostra de Arte Preta (MAP) é um evento anual e extensionista realizado pelo Departamento de Artes e Humanidades, Curso de Graduação em Dança, da Universidade Federal de Viçosa/MG, que acontece desde 2016 e como indica-se no texto de divulgação acima citado, tem como objetivo abrigar o protagonismo de artistas negros da própria universidade e da cidade. Busca-se espaço de potencialização da identidade cultural do corpo negro como questão essencial para um processo de quebra das estruturas eurocentradas e preconceituosas engendradas também no ambiente universitário.

João Paulo Petronílio levantou mais uma rosa em sua mão com o braço bem elevado e veio me entregá-la e, como não podia deixar de ser, com seus espinhos e pétalas, propôs a criação do evento Mostra de Arte Preta e me sugeriu a coordenação do mesmo. A Mostra fincou raízes e continua a acontecer com o engajamento de outros estudantes.

A proposta teve como modelo outros eventos desenvolvidos e realizados no país afora e que também abordam e colocam em evidência o protagonismo do corpo negro para a apresentação de obras de arte, nas mais diversas linguagens. Dentre esses eventos podemos destacar alguns, tais como: “Festival Feira Preta”, evento de cultura afro e empreendedorismo da América Latina; “A cena tá preta – Festival de Arte Negra”, que ocorre em Salvador-BA; Mostras de Audiovisual Negro, Semanas de Arte Negra.

Para cada uma das edições da Mostra de Arte Preta uma equipe impulsiona e engrandece a realização dos eventos. Cada uma das edições da MAP/DAH-UFV é organizada por uma equipe de estudantes do Departamento de Artes e Humanidades que se subdivide em diversas funções, incluindo a comissão coordenadora. Com o passar das edições e com a entrada cada vez maior da população negra no âmbito universitário, definiu-se que as (os) estudantes negras(os) são sempre a comissão “de frente” e as(os) estudantes brancas(os) participam no apoio logístico, atrás das cortinas.

O desejo de criação da Mostra surge com a experiência projetos de extensão<sup>7</sup>, participação e promoção de eventos tais como o Seminário de Cultura Afro-Brasileira e a Semana da Consciência Negra, cujos objetivos principais envolvem a contribuição para a

---

7 Projeto de Extensão PIBEX-UFV “Dança como expressão cultural: valorização da identidade negra de crianças e jovens” cujo bolsista e idealizador do projeto foi João Paulo Petronílio com colaboração de Elaine Cristina Roque; e Projeto de Extensão PROCULTURA UFV “Poéticas Corporais em Danças Brasileiras” cuja bolsista foi a estudante Elaine Cristina Roque e colaboração de João Paulo Petronílio. Ambos coordenados pela profa. Laura Pronsato.

potencialização da autoestima negra, da identidade e da memória cultural desta população ao proporcionar maior visibilidade e reflexões teórico-práticas a partir de matrizes afro-ameríndias-brasileiras, além de apoiar a circulação e produção artística negra.

Com esses projetos se desenvolviam ações a partir de metodologias participativas e, portanto, em contato direto com a população negra da região, incluindo o desenvolvimento de atividades junto a ONGs (Organizações Não Governamentais) e escolas públicas de educação básica e formal da cidade de Viçosa e região. Este contato impulsiona o levantamento de uma série de questões que levam os estudantes bolsistas e a equipe dos projetos a refletir sobre a necessidade de valorização dos saberes artísticos da população negra. Entendeu-se que, no Brasil, a visão cultural eurocêntrica ditou, entre outras questões, padrões estéticos que se tornam hegemônicos.

No processo histórico, a Arte Negra ou a Arte protagonizada por corpos negros ficou relegada, como arte inferior e/ou vulgar, ao estranhamento e ao fetiche sofrendo uma série de preconceitos. Nota-se o acentuado projeto de colonização que historicamente silencia e desprestigia identidades que são culturas violadas, marginalizadas, folclorizadas (Vieira, 2019).

Esse padrão estético se relaciona com o padrão artístico, mas também com as normas de beleza instituídas. Os modelos que se impõem pelas mídias inibem os corpos negros. Isso se nota fortemente a partir de relatos de estudantes negras que entram no Curso de Dança e que normalmente se referem a seus cabelos. É notável que a maior parte das estudantes negras chegam à universidade com os cabelos alisados - há aí, um processo de embranquecimento visível imposto pela cultura branca dominante. Dizem elas, que durante o processo de conscientização e valorização do corpo negro e da cultura negra desenvolvido nas pesquisas provocadas em algumas aulas, participação em projetos de extensão/pesquisa e/ou pelo contato mais direto e próximo com os movimentos negros estudantis, há uma mudança, também perceptível, na corporeidade dessas estudantes. Os cabelos retomam a sua forma original e começam a serem cuidados no intuito de promover a potencialização da estética negra.

É um processo de exclusão que atinge com mais intensidade grupos étnico-raciais, especialmente afrodescendentes, indígenas e asiáticos que têm profundas raízes históricas que se reflete nos dias de hoje, tanto na educação como no mercado de trabalho, e alcança o setor cultural e artístico.

Ainda que, como vimos, haja previsão nas Diretrizes Curriculares para que a Educação das relações étnico-raciais seja incluída nos conteúdos dos componentes curriculares e em atividades extracurriculares, sabe-se que há um longo percurso a enfrentar. Neste sentido, corrobora-se com as palavras de Gomes (2005) ao constatar que a identidade negra é uma construção “social, histórica, cultural e plural” que apresenta desafios já que:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? (Gomes, 2005, p. 43).

O desafio é ainda maior sabendo-se da não-presença de professores negros na Universidade e na Escola de Educação Básica e da não-presença de uma bibliografia em perspectiva decolonial. Acostumados, como estamos, com referências eurocentradas, principalmente de homens brancos, há que se buscar estratégias para sair da zona de conforto, abordar novas leituras e conceitos.

As aulas de danças brasileiras, os projetos de extensão e o Evento MAP citados anteriormente são pequenas rosas levantadas no percurso decolonial. Não são suficientes, por isso pequenas. Mas abrem brechas e desde 2015 tem fomentado, neste espaço do ensino superior de uma cidade do interior de Minas Gerais, uma série de discussões e reflexões importantes sobre os racismos, a decolonialidade e outras visões de mundo que urge apreender.

Note-se, que, ainda que isso já esteja em processo de mudança, adentrando os componentes curriculares de práticas pedagógicas e estágios, o ponto inicial do processo vinculou-se à disciplina de danças brasileiras. Isso parece demonstrar o quanto ainda é preciso lutar, desbravar o nosso mar de rosas com muita força, para que as questões sobre racismos e decolonialidade não fiquem circunscritas à folclorização, ao fetiche ou ao estranhamento de uma arte “diferente”, ou até “menor”.

Por outro lado, João Paulo Petronílio, em entrevista concedida à V MAP (2021) que ocorreu online<sup>8</sup> em consequência da pandemia Covid 19, nos traz uma referência que demonstra como esse mesmo espaço, ao quebrar com a barreira da folclorização e do fetiche, pode ser importante, revelador e transformador. Diz ele:

---

<sup>8</sup> Entrevista completa disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=O\\_3nVpNH-NU](https://www.youtube.com/watch?v=O_3nVpNH-NU).

[...] a primeira disciplina [danças brasileiras] do Curso de Dança que propôs essa pesquisa de campo [...] a proposta não era pensar essas práticas que são vivas e complexas como objeto. [...] aí quando eu não olho como objeto, não olho com distanciamento eu começo a construir pontes de identificações. [...] quando eu fui a primeira vez no congelado, nas macumbas [...] não tem como falar da Mostra sem falar dessas disciplinas [danças brasileiras], porque eu acho que tá tudo ligado, [...] eu começo a me enxergar naquelas praticas, me enxergar enquanto negro, me enxergar enquanto forma de ser, [...] eu olho pra minha família [...] e enxergo traços, [...] rastros, ou acontecimentos daquela prática na minha própria memória familiar enquanto acontecimento constituidor da minha família [...].<sup>9</sup>

São contradições que revelam e movimentam complexidades e riquezas que atravessam o percurso de construção do evento Mostra de Arte Preta e enfatizam questões políticas, sociais e históricas que constroem identidades, visibilizam os corpos negros, indígenas e camponeses, revelam outros olhares, outras cosmologias, nos direcionam à produção de conhecimento (que inclui o fazer arte) decolonial e questiona a hegemonia de uma cultura eurocentrada. Questões ressaltadas no depoimento de uma das artistas que participou da MAP 2022, Ak-Haze, nome artístico de uma “compositora, instrumentista, mc de batalha, estudante” que finalizada a sua apresentação expõe ao público seu agradecimento aos organizadores dizendo que “esse espaço aqui é muito importante pra gente. Eu tenho pelo menos uns 10 anos de rap, eu nunca vi rapper na UFV e em nenhuma outra universidade, inclusive [...] A gente não vê isso acontecer e se não for a gente fazendo, ninguém vai fazer”.

Desde a primeira edição (2016)<sup>10</sup>, as Mostras de Arte Preta<sup>11</sup> acontecem no mês de novembro com o intuito de consolidar e fortalecer o dia (e a semana) da Consciência Negra. Normalmente acontecem nas dependências do Departamento de Artes e Humanidades ocupando todos os espaços possíveis, desde o jardim de entrada com apresentações artísticas variadas e das mais diversas linguagens da Arte. Ao colocar as apresentações em

---

9 João Paulo Petronílio em entrevista concedida à V Mostra de Arte Preta (2021) que ocorreu online em consequência da pandemia Covid 19. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=O\\_3nVpNH-NU](https://www.youtube.com/watch?v=O_3nVpNH-NU).

10 Fotos e vídeos da 1a edição da MAP disponíveis na facebook do NEAB Viçosa: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1857043987862479&type=3>

11 Imagens da III Mostra de Arte Preta disponíveis em <https://www.flickr.com/photos/avelarrodrigo/albums/72157675987878428>. Imagens e programação das Mostras subsequentes disponíveis nas redes sociais Facebook (Mostra de Arte Preta) em <https://www.facebook.com/map.ufv/photos> e Instagram @map.ufv

itinerância pelos espaços do prédio a própria Mostra se torna uma performance, “como se fosse uma procissão que é uma estrutura territorial de deslocamento muito presente nas práticas performativas assentadas no Negro, como nos Congados”<sup>12</sup> que são as expressões da cultura popular mais fortes na região dos arredores de Viçosa/MG.

Além desses eventos anuais, realizam-se pequenas Mostras Itinerantes de Arte Preta com propostas de apresentação de obras e oferecimento de oficinas em escolas públicas e espaços não-formais, principalmente das regiões mais periféricas da cidade e dos arredores. Com isso aposta-se na descentralização das ações e inclusão de artistas negros, moradores da região, que estavam invisibilizados e/ou não se reconheciam com artistas.

Com essa perspectiva itinerante, os artistas que atuam nas Mostras também podem se integrar nas programações de outros eventos, tais como: Semana da Consciência Negra realizada pelo NEAB, Semana da Consciência Negra do Departamento de Geografia; do movimento LGBT Primavera nos Dentes; da Semana de Consciência Negra de Viçosa-UFV (organizado pelos Departamentos de Geografia, História e Letras); do IV Casa de Bamba (Capoeira Angola Tribo do Morro); Seminário de Cultura Afro-Brasileira.

Neste contexto, entende-se que a organização e efetivação da Mostra de Arte Preta enriquece as possibilidades de formação por seu caráter prático, inter e transdisciplinar voltado à produção cultural, arte, educação e política ao estabelecer meios para o enfrentamento dos racismos e preconceitos instituídos historicamente no meio acadêmico que foi forjado pelas políticas hegemônicas brancas e eurocentradas.

### **Considerações Finais**

As experiências de construção da Mostra de Arte Preta trouxeram reflexões importantes na edificação de repertórios, construídos através da diferença, e não a partir dela. Repertórios tais, que argumentam dinâmicas de interseccionalidades: raça, gênero e classe.

---

12 João Paulo Petronílio em entrevista concedida à V Mostra de Arte Preta (2021) que ocorreu online em consequência da pandemia Covid 19. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=O\\_3nVpNH-NU](https://www.youtube.com/watch?v=O_3nVpNH-NU)

O evento, em conjunto com outras atividades proporcionadas no ambiente universitário, na potencialização do corpo negro e artista, tem sido espaço importante no que diz respeito a construção do conhecimento que se dinamize por argumentos de equiparação epistêmica.

A universidade pode ser ambiente em que se estabelecem redes de contato, troca com diferentes gerações, construção ativa de conhecimento sobre pautas étnico-raciais por meio de discussões e encontros de Arte que potencializem a formação de sujeitos engajados nas lutas antirracistas.

Deste modo, cumpre-se com o objetivo de catalisar o protagonismo de artistas negros e potencializar a identidade cultural do corpo negro a partir do fazer e fruir arte, em suas diversas linguagens, além de impulsionar a circulação e produção desses artistas. Envoltos em distintos processos de criação que são apresentados, artistas negros e a diversidade de espectadores têm encontros com realidades que foram e são invisibilizadas permanentemente e no caso específico da MAP, o espectador se depara com as artes criadas por artistas negros que não necessariamente tratam de questões negras ou de movimentos afro-diaspóricos.

Neste movimento, ao propor o protagonismo de artistas negros sem perder de vista a necessidade de diálogo, engajamento e participação de pessoas brancas que se envolvam na construção do evento da Mostra de Arte Preta e outros projetos, tanto como apoiadoras e organizadoras quanto como espectadoras entende-se a possibilidade de apontar estratégias para a luta antirracista e para um processo, que sabe-se, cheio de tensões, conflitos e contradições, de ruptura com as estruturas capitalistas, coloniais e eurocentradas na universidade e na sociedade.

Reconhece-se que as políticas de ação afirmativa e o consequente aumento de estudantes em vulnerabilidade social, negros e indígenas provenientes das lutas sociais e políticas provocam mudanças de paradigmas importantes e emergentes, exigindo outros olhares sobre a ciência e sobre as artes que desestabilizam às estruturas hegemônicas perpetuadas nas instituições de ensino e provocam a necessidade de engajamento das pessoas brancas na luta antirracista compreendendo os obstáculos, mas também buscando estratégias que não impeçam ou invisibilizem tantas outras identidades culturais.



Desse modo, a MAP se materializa enquanto um território de fricção e elucubrações que direcionam pessoas negras e não negras a se debruçar sobre as atualizações estabelecidas em torno das epistemologias que compreendem o fazer artístico argumentado pelas dinâmicas raciais, de classe e gênero. Em alguma medida a MAP, por meio de produção estética, levanta questões éticas sobre pertencimento, territorialidade e diferenças ao propor que artistas negros produzam arte a partir de movimentos autônomos em que também são elaborados pontos de identificações que explicitam o *lôcus* social, cultural e político de onde se fala/ dança/ canta.

Merece destaque a relação dos envolvidos nos processos de formação. Estes se caracterizam como estudantes-docentes em formação de vários Cursos da Universidade e artistas, adolescentes e adultos, que vivem na cidade e regiões próximas à universidade. Os primeiros, principalmente os estudantes do Curso de Dança que se empenham na organização das atividades do evento, ao propor, elaborar, construir e como artistas que se apresentam, também passam por um processo de formação que pode fomentar a Educação antirracista, principalmente, mas não só, a partir da MAP itinerante nas escolas. Os segundos, artistas não-universitários, muitas vezes conseguem se ver como protagonistas em seus processos artísticos pela primeira vez ao entrar em contato com este evento que, por vezes, se dá justamente via MAP itinerante.

Efetiva-se, assim, ainda que parcialmente, com o papel da universidade em se relacionar de fato com o seu entorno, produzindo caminhos políticos de acesso, continuidade e pertencimento além de evocar desafios e possibilidades em prol de uma reflexão crítica em torno da de desestruturação da branquitude como lugar de manutenção de privilégios das mais variadas ordens que sustentam os racismos.

Arte-Ciência ou Arte e Ciência produz reflexões, por meio das contradições históricas, estéticas-éticas e políticas, considerando a efetivação do conhecimento por outras cosmologias e argumentações de mundo, caminhando, portanto, em direção ao exercício da produção do saber que se distancie da homogeneização da diferença e reforce a diversidade.

## Referências

BRASIL. **Lei 10.639, 9 de janeiro de 2003**. D.O.U de 10/01/2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: Presidência da república, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em 03 de setembro de 2024.

BRASIL. Conferencia Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Brasília, DF: 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/relatorio.htm>. Acesso em 05 de setembro de 2024.

CARNEIRO, S.; SCHUCMAN, L. V.; LISBOA, A. P. Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial. In: INSTITUTO IBIRAPITANGA. **Branquitude: racismo e antirracismo. Diálogos do encontro 26 a 28 de outubro de 2020**. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto Ibirapitanga, 2021.

CARREIRA, D. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **SUR**, v.15, n.28, p.127-137, 2018.

DIANGELO, R.; SILVA, B.; AMPARO, T. O Branco na luta antirracista: limites e possibilidades In: INSTITUTO IBIRAPITANGA. **Branquitude: racismo e antirracismo. Diálogos do encontro 26 a 28 de outubro de 2020**. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Ibirapitanga, 2021.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. Políticas de democratização do acesso à educação superior e ações afirmativas. In: NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. **Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2019, p.40-64.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal no 10.639/03**. Brasília: MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, I. F. **Corpo e ancestralidade: uma proposta pluricultural de dança-arte-educação**. 2 ed. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

SILVA, M. Cotas raciais na universidade brasileira e a ideologia da meritocracia. **Revista diálogo educacional**, v.17, n.54, p.1207-1221, 2017.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. "Lei das cotas" e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro. **Quaestio**, v.17, n.2, p.573-593, 2015.

VIEIRA, N. C. **Processo de criação em dança Andeja nos Ventos: Caminhos abertos pelas cortaventos, mulheres negras, congos da banda de Airões - MG**. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Dança) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.